



EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026
(INVERSÃO DE FASES)

I - Regência Legal

Lei Federal 14.133/2021 e Lei Complementar 123/2006

II - Órgão Interessado

Secretaria Municipal De Obras

III - Modalidade

Concorrência Eletrônica nº 005/2026, com
inversão de fases.

IV - Processo Administrativo Nº
029-05/2026

V - Tipo de Licitação

Menor Preço

VI – Regime de Execução / Forma de
Fornecimento

Empreitada por preço global

VII - Critério de Julgamento

Menor Preço Global

VIII – Exclusiva ME/EPP

() SIM (X) NÃO

IX – Modo de Disputa

Aberto e Fechado

X – Objeto:

Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada para execução das obras e serviços de engenharia destinados à pavimentação de vias em piso intertravado e urbanização da Vila Geraldo Cerqueira, localizada no Povoado do Feto, Município de Itiruçu/BA, de acordo com o Convênio nº 119/2026, celebrado entre o Município de Itiruçu e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, conforme especificações, quantidades e descrições constantes do edital, do projeto básico, memorial descritivo e demais elementos técnicos anexos.

XI – Sessão Pública:

Data Limite para Recebimento de Habilitação e Propostas: 29/06/2026 às 08:00hs (horário de Brasília)

Início Sessão de Disputa: 29/06/2026 às 09:30 (horário de Brasília)

Endereço Eletrônico: <http://www.bnc.org.br/>

XII - Dotação orçamentária:

Responderão pelas despesas objeto da licitação as dotações indicadas no edital e contrato

XIII - Prazo do Contrato

12 (doze) meses.

XIV - Local, horário e meio de comunicação para esclarecimentos sobre este Edital

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pela Comissão e Agente de Contratação, diariamente, das 08h00min às 12h00min, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Itiruçu, localizada na Rua Juscelino Kubitschek nº. 78, CEP 45350-000, Centro, Itiruçu/BA, telefone (73) 3538-1209, ou pelo e-mail: licitacao@itirucu.ba.gov.br.

Responsável:

Adriana Kruschewsky Nunes Bitencourt
Agente de Contratação
Portaria nº 007/2026



EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026.

PREÂMBULO

O **Município de Itiruçu**, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, através da Agente de Contratação, designada pela Portaria n.º 007/2026, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo Menor Preço e modo de disputa aberto e fechado, para a contratação de empresa especializada para execução das obras e serviços de engenharia destinados à pavimentação de vias em piso intertravado e urbanização da Vila Geraldo Cerqueira, localizada no Povoado do Feto, Município de Itiruçu/BA, de acordo com o Convênio nº 119/2026, celebrado entre o Município de Itiruçu e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, conforme especificações, quantidades e descrições constantes do edital, do projeto básico, memorial descritivo e demais elementos técnicos anexos. O procedimento será regido pela Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar Federal 123/2006 e demais legislações e regulamentação municipal pertinentes.

Nos termos do § 1º do artigo 17 da Lei 14.133/2021, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e julgamento. (**Inversão de fases**).

Data Limite para Recebimento de Habilitação e Propostas: 29/06/2026 às 08:00hs (horário de Brasília);

Início Sessão de Disputa Eletrônica: 29/06/2026 às 09:30hs (horário de Brasília);

Endereço Eletrônico: <https://bnc.org.br/>

1 – OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada para execução das obras e serviços de engenharia destinados à pavimentação de vias em piso intertravado e urbanização da Vila Geraldo Cerqueira, localizada no Povoado do Feto, Município de Itiruçu/BA, de acordo com o Convênio nº 119/2026, celebrado entre o Município de Itiruçu e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, conforme especificações, quantidades e descrições constantes do edital, do projeto básico, memorial descritivo e demais elementos técnicos anexos.

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Sistema Eletrônico de Licitações e as especificações técnicas constantes dos anexos do Edital, o licitante deverá obedecer a estas últimas.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes deste procedimento licitatório correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:



Secretaria: 0207 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – SECO.

Atividade: 1.002 - INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL.

Elemento de despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

Fonte: 500; 700; 701; 750; 754.

2.2. Os recursos têm como origem o orçamento vigente do Município licitante e, para o exercício seguinte e em caso de prorrogações, serão lançadas as dotações correspondentes dos referidos exercícios.

3. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

3.1. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, às disposições da Lei n.º 14.133/2021, Lei Complementar n.º 123/2006 e decretos municipais regulamentadores da lei de licitações e, ainda, demais legislações pertinentes.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. A participação na Concorrência Eletrônica dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento da proposta de preços e documentação de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada a data e horário limite estabelecidos neste Edital.

4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da Concorrência Eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto à plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC.

4.3. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer licitação eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. O credenciamento do prestador de serviço e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e na capacidade técnica para realização das transações inerentes ao processo eletrônico.

4.6. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e obrigará o proponente vencedor a executar o objeto nas condições, locais e prazos definidos.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA

5.1. Poderão participar desta concorrência quaisquer licitantes, pessoas jurídicas, que:

- a) detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta Concorrência;
- b) atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos no edital;



c) comprovem possuir os documentos de habilitação e demais exigidos neste edital, apresentando-os nos termos e formas aqui previstas.

5.2. Para usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar 123/2006, as empresas interessadas deverão declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.2.1. O tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da LC 123/2006 **não será aplicado** para o caso de itens ou lotes, conforme critério de julgamento, cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.2.2. A obtenção de benefícios a que se refere este item fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.3. Como condição de participação na concorrência, a empresa deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos de habilitação e que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4. Não serão admitidas a participar desta concorrência e de posterior execução contratual, direta ou indiretamente:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

g) que estejam sob falência.

5.5. Em consonância com as disposições legais retrocitadas, fica impedida de participar desta licitação e de contratar com a Administração Pública o licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.6. Juntamente com os **documentos de habilitação**, o licitante deverá anexar “**garantia de proposta**” com requisito de pré-habilitação, no montante equivalente a 1% (um por cento) do valor global estimado da licitação, nos termos do artigo 58 da lei 14.133/2021.

5.6.1. A garantia de proposta será prestada em uma das modalidades constantes do § 1º do artigo 96 da lei 14.133/2021, sendo:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

5.6.2. No caso de seguro-garantia, o mesmo continuará em vigor **mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio** nas datas convencionadas.

5.6.2.1 Na modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter vigência mínima igual à de validade da proposta apresentada.

5.6.3. A garantia prestada será devolvida no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

5.6.3.1. A não assinatura do contrato ou a não apresentação da proposta realinhada e dos documentos necessários à habilitação ensejará a perda da totalidade da garantia de proposta, sem prejuízo de outras penalidades estabelecidas no edital e termo de referência/projeto básico.



5.6.4. No caso de **títulos da dívida pública**, os mesmos devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

5.6.5. No caso de garantia na modalidade de **fiança bancária**, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

5.7. Qualquer declaração falsa sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital, na legislação cível e criminal.

5.8. O licitante responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.9. Só participarão da reabertura da sessão pública, nos termos deste edital, os licitantes que informarem seus endereços eletrônicos em campo próprio disponibilizado pelo sistema, após a fase de aceitação, caracterizando renúncia a esta possibilidade a ausência de manifestação neste momento.

5.10. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

6. INVERSÃO DE FASES

6.1. A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, permitida no art. 17, § 1º da Lei Federal n.º 14.133/21, devendo a habilitação dos licitantes preceder a fase de análise das propostas e lances.

6.2. As apresentações de lances, bem como o julgamento, ocorrerão após a fase de habilitação.

6.3. A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no projeto básico e anexos, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto, conforme detalhado a seguir:

a) Eficiência Processual e Economicidade: A análise prévia da habilitação dos licitantes assegura que a fase de disputa de preços seja realizada apenas entre empresas que já demonstraram possuir a capacidade técnica, operacional e econômico-financeira para executar uma obra e serviços que abrangem a necessidade de múltiplos conhecimentos, como é o caso da construção de uma quadra esportiva. Isso evita o dispêndio de tempo e recursos administrativos na análise de propostas de empresas que, ao final, seriam inabilitadas, otimizando o fluxo do certame e conferindo maior racionalização do processo.



b) Mitigação de Riscos e Garantia da Qualidade: A construção de uma quadra esportiva exige o cumprimento de rigorosas normas técnicas. A inversão de fases permite que a Administração se certifique, prioritariamente, de que os licitantes possuem a expertise necessária para a execução do objeto. Essa abordagem reduz significativamente o risco de selecionar uma proposta com preço inexecutável ou de uma empresa sem a qualificação adequada, o que poderia resultar em atrasos, vícios construtivos ou paralisação da obra, gerando graves prejuízos ao interesse público.

c) Seleção da Proposta Mais Vantajosa: O critério da proposta mais vantajosa, em obras de engenharia, não se resume ao menor preço. A vantagem é obtida pela combinação de um preço competitivo com a certeza da capacidade de execução. Ao qualificar tecnicamente os licitantes antes da disputa de lances, a Administração garante que o menor preço ofertado virá de uma empresa apta a entregar a obra nos padrões de qualidade exigidos, assegurando a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

d) Garantia de real competitividade: A inversão busca evitar que licitantes que não possuam a devida capacidade técnica ofertem lances desproporcionais aos serviços ou mesmo inexecutáveis, desestimulando empresas que possuam real capacidade técnico-operacional e econômica de prosseguirem na oferta de lances, por perda de credibilidade no resultado, causando prejuízos ao resultado e eficiência da licitação.

6.4. A adoção da inversão de fases não implica restrição indevida à competitividade, permanecendo as exigências de habilitação limitadas ao mínimo necessário para assegurar a adequada execução contratual, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, isonomia, competitividade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

6.5. A adoção da inversão de fases não altera os critérios de habilitação definidos no edital nem cria requisitos adicionais de participação, permanecendo integralmente preservadas a competitividade, a isonomia entre os licitantes e a ampla participação de interessados.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Em razão da inversão de fases, os documentos de habilitação serão apresentados previamente.

8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada mediante a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado da documentação pertinente à investidura de seus atuais administradores nos respectivos cargos.

8.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2. A garantia de proposta deverá ser anexada com os documentos de habilitação.

9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:



9.1. A **REGULARIDADE FISCAL** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, Federal e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).

9.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão, sob pena de inabilitação, encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n.º 123, de 2006..

9.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará inabilitação da participante, sem prejuízo das sanções previstas na lei 14.133/2021 e neste edital.

10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1. A **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis acompanhados do Termo de Abertura e Encerramento extraídos do livro diário, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis, registrado na Junta Comercial, apresentados na forma da Lei, comprovando a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da proposta. Caso a licitante utilize-se da Escrituração Contábil Digital - ECD, deverá apresentar também o recibo de entrega e notas explicativas, emitidos pelo SPED.
- b) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da sessão eletrônica de recebimento das propostas ou conforme validade constante na certidão.



c) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

10.1.1. Os índices referidos na alínea 'c' do item 10.1 poderão constar do próprio balanço registrado na junta comercial ou serem formulados por contador separadamente, desde que, neste último caso, seja comprovada a regularidade profissional e haja declaração expressa do profissional nos seguintes termos: *"Declaro, para todos os fins legais e sob as penas da lei, sob pena de responsabilidade pessoal e criminal, que os cálculos apresentados foram elaborados com valores diretamente extraídos do balanço do último exercício social já exigível, na forma da lei"*.

10.2. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão de Registro da empresa e de seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU do local da sua sede. A empresa que for sediada em outra jurisdição e, conseqüentemente, for registrada no CREA/CAU de origem, deverá apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA/CAU - BA quando da assinatura do contrato, caso seja vencedora do processo licitatório.

b) Apresentação de Atestado(s) de Capacidade técnico-profissional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do responsável técnico indicado pela participante, demonstrando responsabilidade técnica pela execução de:

Descrição	Unidade
Execução de pavimentação em paralelepípedos com rejuntamento	m ²
Execução de pavimentação em piso intertravado de concreto	m ²
Assentamento de meio-fio pré-moldado de concreto	m



c) Comprovação de que o profissional referido na alínea anterior faz parte do quadro da empresa na data de apresentação da proposta, cuja comprovação poderá se dar através de contrato social, no caso de sócio, registro na carteira profissional, contrato de prestação de serviços ou outro que tenha o mesmo efeito legal, ou, ainda, por termo de compromisso assinado pelo profissional com data anterior à abertura da sessão da licitação, com aceitação de responsabilidade técnica da obra ou serviço objeto da licitação, no caso de a licitante vir a ser a vencedora, durante a vigência do contrato (Anexo VII).

d) Declaração do profissional referido na alínea 'b' de que se obriga a acompanhar, na qualidade de responsável técnico, pessoalmente, a execução do contrato, assumindo, solidariamente, as responsabilidades da licitante, inclusive no que se refere às obrigações e sanções previstas neste edital e no contrato. (Anexo IX).

e) Comprovação da capacidade técnico-operacional, através da apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da empresa, relativo à execução de serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e complexidade tecnológica com o objeto presente, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, comprovando a execução das seguintes parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, quais sejam:

Descrição	Unidade	Parcela mínima exigida (Relevância Financeira / Técnica)
Execução de pavimentação em paralelepípedos com rejuntamento	m ²	1.939,23
Execução de pavimentação em piso intertravado de concreto	m ²	2.310,01
Assentamento de meio-fio pré-moldado de concreto	m	642,38

f) Apresentação de declaração com a indicação e qualificação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (Anexo VIII).

g) Atestado de VISTORIA TÉCNICA (Anexo X), que poderá ser substituído por declaração formal assinada pelo responsável técnico, engenheiro civil ou arquiteto, do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. (Anexo XI)

11.2. Não serão aceitos atestado(s) ou CATs de Projeto, Fiscalização, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica de Obras.

11.3. A Certidão de Acervo Técnico-Profissional – **CAT** deverá conter número de controle para consulta acerca da autenticidade e da validade e conter as seguintes informações: identificação do responsável técnico; dados das ARTs; observações ou ressalvas, quando for o caso; local e data de expedição; autenticação digital; e o objeto contratado.

11.4. Os atestados exigidos, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

a) Descrição das características técnicas das obras ou serviços e atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato;



- b) Assinatura do representante legal do contratante;
- c) Data de emissão;
- d) Menção ao documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (ART/RRT);
- e) Informações quanto à autoria do documento, como nome completo e endereço.

11.5. A equipe técnica a ser disponibilizada deverá contar, no mínimo, com os seguintes profissionais: a) Engenheiro Civil; b) Engenheiro ou técnico em segurança do trabalho.

11.5.1. A comprovação de que a equipe técnica faz parte do quadro da empresa na data de apresentação da proposta, cuja comprovação poderá se dar através de contrato social, no caso de sócio, registro na carteira profissional, contrato de prestação de serviços ou outro que tenha o mesmo efeito legal, ou, ainda, por termo de compromisso assinado pelo profissional com data anterior à abertura da sessão da licitação, com aceitação de responsabilidade de vinculação da obra ou serviço objeto da licitação, no caso de a licitante vir a ser a vencedora, durante a vigência do contrato.

11.6. Para o caso de profissionais/empresas vinculados a outros conselhos profissionais que, por expressa previsão legal, possuam iguais atribuições para a execução do objeto da licitação, deverão apresentar comprovação da autorização legal para a execução dos serviços e, ainda, todos os documentos de qualificação exigidos neste edital, referíveis ao respectivo conselho.

12. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

12.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta de preços, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

12.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

12.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

12.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

12.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta.

12.6.1. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo participante no sistema.



12.6.2. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais participantes e para o órgão licitante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

12.7. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

12.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

12.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

12.10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

12.12. Não será admitida proposta com valor superior ao preço referencial da administração, que é de **R\$ 1.619.017,18 (um milhão seiscientos e dezenove mil e dezessete reais e dezoito centavos)**.

12.13. Independentemente dos percentuais de tributos e encargos que o licitante inclua em sua planilha ou composições de preços, quando for o caso, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13. DA ABERTURA DA SESSÃO E HABILITAÇÃO

13.1. Em razão da inversão de fases, a sessão pública será aberta por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, para verificação e análise dos documentos de habilitação dos proponentes, conforme estabelecido neste edital.

13.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – **CEIS**; e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União.
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

13.2.1 A consulta aos cadastros poderá ser realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



13.2.2. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.3. Não sendo possível a verificação dos cadastros constantes nas alíneas do item 13.2 antes da análise da habilitação, seja por qual motivo for, a verificação poderá ser realizada posteriormente, antes da assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviço. Havendo alguma restrição, o licitante será inabilitado, fato este que incorrerá em reabertura da sessão para continuidade e aproveitamento de todos os atos suscetíveis de aproveitamento.

13.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.9. Com os documentos de Habilitação, deverão, além das declarações constantes do próprio sistema, ser apresentadas as seguintes:

- a) Declaração, em caso de micro e pequenas empresas beneficiárias do regime diferenciado, de que ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (Anexo IV)
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Anexo V)
- c) Declaração expressa de que não possui em seu quadro societário servidor público da municipalidade. (Anexo VI)

14. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



- 14.1. Após o encerramento da habilitação, o Agente de Contratação dará início à fase de lances, conforme os critérios e prazos estabelecidos neste edital.
- 14.2. A desclassificação, quando ocorrer, será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 14.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 14.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 14.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 14.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 14.7. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global**.
- 14.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 14.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo que, havendo a funcionalidade no sistema, poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 14.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 100,00 (Cem reais)**, sob pena de não aceitação do lance.
- 14.11. Será adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo de disputa "**ABERTO e FECHADO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.
- 14.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 14.13. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 14.14. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



14.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

14.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

14.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.19. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

14.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.21. Em caso de empate, será assegurado, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, a preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, beneficiárias do regime diferenciado e favorecido, nos termos que segue:

14.21.1. Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

14.21.2. Nesta hipótese, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

14.21.3. Não ocorrendo contratação de ME/EPP ou equiparado na forma do item anterior, serão convocadas as ME/EPP e equiparados remanescentes considerados empatados na ordem classificatória para o exercício do direito de ofertar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame (Art. 45, II, da LC n.º 123/06).

14.21.4. O direito a ofertar proposta de preço inferior somente será deferido aos licitantes que permaneçam conectados na sessão.

14.21.5. O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

14.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da lei 14.133/2021, nesta ordem:



- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

14.22.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado da Bahia;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

14.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

14.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

15. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao orçado ou máximo estipulado pela administração.

15.2. Caso o primeiro colocado tenha usufruído dos benefícios do tratamento diferenciado estabelecido na LC 123/2006, o Agente de Contratação poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal, seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, bem como outras plataformas de divulgação de informações para verificar se o licitante tem contratos celebrados com a Administração Pública



cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

15.3. Será desclassificada a proposta que:

- a) Contenha vícios insanáveis ou ilegalidades;
- b) Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Edital ou Projeto básico;
- c) Apresentar preços unitários e o global superiores ao valor máximo estabelecido nas planilhas orçamentárias da administração;
- d) Apresentar preços que sejam manifestamente inexequíveis;
- e) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- g) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

15.4. No caso de OBRAS e SERVIÇOS DE ENGENHARIA, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

15.5. Sem prejuízo de outras garantias exigíveis, será exigida **GARANTIA ADICIONAL** do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

15.6. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo de no mínimo duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

15.7. O prazo estabelecido pelo Agente de Contratação poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, desde que formalmente aceito pelo Agente de Contratação.

15.8. O Agente de Contratação sempre poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da municipalidade para orientar sua decisão. Caso o Órgão não possua, no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitir parecer técnico, poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada e contratada pela Administração.

15.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

15.10. Nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

15.11. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

16. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

16.1. A proposta final do licitante declarado vencedor, adequada ao último lance, deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Agente de Contratação



no sistema eletrônico. A proposta deverá ser devidamente datada, assinada e com carimbo da empresa, devendo conter os seguintes documentos:

- a) Carta Proposta de Preços, indicando expressamente o prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação, bem como declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho, em conformidade com o modelo Anexo II.
- b) Planilha de Orçamento, preenchendo os campos destinados aos preços unitários, em algarismo, propostos para todos os itens e calculados os respectivos preços parciais e totais juntamente com suas **composições de preços unitários e composição de encargos sociais**, em conformidade com os modelos constantes do edital e anexos.
- c) Cronograma Físico-Financeiro de execução referente ao objeto licitado, elaborado pela empresa, respeitando os desembolsos previstos pelo Órgão ordenador das despesas e constantes do cronograma utilizado pela administração, anexo ao edital.
- d) Detalhamento da composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas), não sendo permitido a inclusão de IRPJ, CSLL, Administração local, Instalação de Canteiro/acampamento, Mobilização/desmobilização e demais itens que possam ser apropriados como custos diretos da obra. Admite-se em sua composição apenas: Garantia, Risco, Despesas financeiras, Administração Central, Lucro e Tributos.
- e) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- f) A licitante deverá apresentar planilhas da Curva ABC de Serviços e da Curva ABC de Insumos.
- g) Planilha Orçamentária Comparativa entre os preços unitários constantes da planilha elaborada pelo órgão, anexa ao Edital, e os preços unitários propostos pelo licitante, contendo a descrição detalhada de todos os materiais, insumos e custos diretos que compõem os preços unitários.
- h) O agente de contratação, auxiliado pelo setor de engenharia da municipalidade, analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na planilha de custos e formação de preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação.

16.1.1. As empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverão apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais, comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis nº. 10.637/2012 e nº 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

16.1.2. As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, prevista no Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006, bem



como composição de encargos sociais que não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (SESI, SENAI, SEBRAE etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º da referida Lei Complementar;

16.1.3. Caso os índices da taxa de BDI apresentados estejam fora dos parâmetros do Acórdão nº 2622/2013 TCU, a Administração procederá a uma análise pormenorizada dos itens que compõem o BDI, levando-se em conta as peculiaridades de cada caso.

16.1.4. O prazo de envio da proposta poderá ser prorrogado por solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, desde que formalmente aceito pelo Agente de Contratação.

16.1.5. Poderá haver a prorrogação do prazo de ofício pela comissão, caso constate que o prazo estabelecido não se mostrou suficiente para apresentação de toda a documentação.

16.2. Toda documentação apresentada, que constitua trabalho técnico de engenharia ou arquitetura, deverá conter, de conformidade com as determinações constantes do Art. 14, da Lei Federal N.º 5.194/66, além da assinatura precedida do nome da firma que interessar, a menção explícita do título do profissional que subscrever e do número da carteira profissional correspondente.

16.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

16.4. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros. No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

16.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

16.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

17. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

17.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório da concorrência.

17.1.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até três dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, se houver interferência na formulação das propostas.



17.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio eletrônico via internet, através do **sistema de licitações**.

17.4. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes, ao julgamento de propostas, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.5. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento.

17.6. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do licitante ou o julgamento das propostas:

a) O prazo para a manifestação da intenção de recurso é de 30 minutos, sob pena de preclusão, ressalvado o caso de o sistema utilizado estabelecer de forma inalterável pelo operador outro prazo, sendo responsabilidade do participante atentar-se aos prazos fixos estabelecidos no sistema eletrônico de licitação.

b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento.

17.7. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.8. Durante o prazo para manifestação da intenção de recorrer, os licitantes interessados poderão solicitar ao Agente de Contratação o envio, por meio eletrônico, preferencialmente, ou outro meio hábil, de acordo com os recursos disponíveis no órgão, dos documentos de habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor do certame ou de qualquer outro documento dos autos.

17.9. As razões do recurso deverão ser registradas em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis.

17.10. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso no próprio sistema.

17.10.1. A divulgação do recurso poderá ocorrer através do próprio sistema, do Diário Oficial do Município ou quaisquer outros meios idôneos, cumprindo aos interessados o devido acompanhamento.

17.11. Quando mantida a decisão, será realizado pelo Agente de Contratação, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior.

17.12. A autoridade superior terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos, para decidir o recurso.

17.13. O recurso contra a decisão do Agente de Contratação terá efeito suspensivo.

17.14. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. Encerradas as fases de habilitação e julgamento, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento.

18.2. Ao receber o processo para adjudicação e homologação, poderá a autoridade competente:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

18.3. A adjudicação e homologação do objeto desta licitação não implicarão direito à assinatura do contrato.

19. DA ASSINATURA DO CONTRATO

19.1. Após a homologação, o licitante será convocado, mediante publicação no diário ou, facultativamente, por escrito ou qualquer meio eletrônico, para assinar o contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei 14.133/2021 e neste edital.

19.2. Como condição para a assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.

19.3. A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

19.4. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021 e neste edital.

19.4.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos deste item 19.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19.5. O licitante ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de até 50% (cinquenta por cento), na forma prevista na Lei Federal n.º 14.133/2021.



19.6. As supressões e acréscimos decorrentes da vontade das partes não ficam sujeitos aos limites estabelecidos no item anterior, desde que justificados e não alterem a substância do contrato.

19.7. Salvo expressa autorização da administração, é vedada a subcontratação do objeto desta licitação.

19.8. Nos termos da legislação pertinente, o contrato decorrente desta licitação poderá ser prorrogado, atendido o interesse público.

20. REGIME DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. O regime de execução será o de empreitada por preço global.

20.2. O objeto deverá ser executado em total observância às prescrições e normas técnicas pertinentes, bem como atender às exigências contidas nos projetos e demais elementos descritivos constantes deste edital.

20.3. As medições para efeito de pagamento serão processadas e procedidas mediante carta de solicitação da contratada ao Órgão fiscalizador, ao término de cada período mensal, abrangendo os serviços executados no período em questão, conforme o cronograma físico-financeiro.

20.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

20.5. O pagamento será realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da liquidação, sendo que, havendo alguma pendência referível ao detentor do contrato, o prazo será interrompido até a regularização, conforme critérios estabelecidos no projeto básico.

20.6. Como condição para o pagamento, a contratante poderá exigir da contratada a comprovação do cumprimento dos encargos trabalhistas e sociais dos trabalhadores vinculados à execução contratual.

20.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.8. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;



EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

21. GARANTIA DE EXECUÇÃO

21.1. Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais que serão firmadas, o Contratante exigirá da licitante vencedora a prestação de “**garantia de execução**”, de acordo com o art. 96 e seguintes da lei 14.133/2021, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do **valor global** do contrato.

21.2. A garantia deverá ser prestada no prazo máximo de 15 dias úteis, contados da formalização do instrumento contratual, sob pena de aplicação de multas e/ou rescisão contratual.

21.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento parcial ou total do contrato;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, inclusive de acidente de trabalho e indenizações que envolvam empregados da empresa afiançada, quando couber.

21.4. A modalidade seguro-garantia **somente será aceita** se contemplar, expressamente, todos os eventos indicados no item 21.3, observada a legislação que rege a matéria.

21.5. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

21.6. A garantia deverá ser integralizada em no máximo 15 (quinze) dias úteis, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou houver alteração do valor contratual.

21.7. A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais firmadas, **FAR-SE-Á DE PLENO DIREITO**, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e das demais sanções previstas no contrato a ser firmado.

21.7.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado será notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

21.7.2. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada

21.8. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o **sinistro durante a vigência da apólice**, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

21.9. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de



declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

21.10. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a **apólice deverá ter validade mínima pelo prazo de 06 meses posteriores** à vigência do contrato, e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

21.10.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo **se** o contratado **não tiver pago o prêmio** nas datas convencionadas.

21.11. A garantia de execução é independente de eventual garantia dos serviços prevista na legislação ou nos anexos deste edital.

22. CONTRATO

22.1 O **prazo de vigência** do contrato, objeto desta licitação, será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato e o **prazo de execução** será em conformidade com o cronograma físico-financeiro, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

22.2. Os serviços devem iniciar até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Serviço, sob pena de aplicação de multas.

22.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

22.3.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, com aplicação das respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

23. REAJUSTAMENTO

23.1 O preço inicialmente ajustado poderá ser revisto a qualquer momento em razão de álea extraordinária e poderá ser reajustado anualmente (álea ordinária), com a utilização preferencial do INCC-M.

23.2. O reajuste terá como data-base a data do orçamento estimado da administração, competindo ao detentor do contrato a apresentação do requerimento respectivo, com a respectiva fundamentação e planilhas de cálculos necessárias.

23.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.4. Os pedidos de revisão e reajuste contratual serão apreciados no prazo máximo de 60 dias, sendo os efeitos retroativos à data do protocolo do pedido.

23.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

24. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



24.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo gestor de contrato designado pela administração no instrumento contratual ou em separado, independentemente da fiscalização de outros servidores designados especialmente para este fim, podendo valer-se de terceiro com conhecimentos técnicos necessários, conforme constante do projeto básico.

25. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

25.1. Após concluídos, os serviços serão recebidos pela fiscalização da Administração Pública, em estreita conformidade com as condições estabelecidas no Projeto Básico.

25.2. A contratada deverá, **dentro do prazo de vigência do contrato**, requerer a realização de VISTORIA para fins de RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos serviços, o qual deverá ocorrer no prazo de até 15 dias úteis, emitindo-se o “TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO”.

25.3. O recebimento definitivo da obra se fará pelo gestor do contrato ou comissão designados pela Administração, mediante termo detalhado, no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório.

25.4. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

25.5. A reprovação da execução contratual em qualquer fase de sua execução e a consequente correção não implica no perdão ou alteração das penalidades.

25.6. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior estabelecido em normas técnicas brasileiras vigentes, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

25.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

26. DAS PENALIDADES

26.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para participação no certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
- c) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;



- pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
 - não apresentar garantia de execução ou não reforçá-la nas hipóteses contratuais e legais.
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- g) dar causa à inexecução total do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - fraudar ou tentar fraudar a licitação;
 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

26.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

26.3. Na aplicação das sanções, serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



26.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea 'a' do item 26.1 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

26.5. Para as infrações previstas nas alíneas 'a' a 'g' do item 26.1 deste edital, a multa aplicada será de 0,3% a 10% sobre o valor estimado da contratação ou do contrato.

26.6. Para as infrações previstas nas alíneas 'h', 'i' e 'j' do item 26.1 deste edital, a multa aplicada será de 3% a 15% sobre o valor estimado da contratação ou do contrato.

26.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

26.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas 'b' a 'g' do item 26.1 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

26.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas 'h', 'i' e 'j' do item 26.1 deste edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas 'b' a 'g' do mesmo item 26.1 deste edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de 03 (três) a 06 (seis) anos.

26.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta que tenha prestado em favor da administração.

26.11. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

26.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada administrativamente, deduzindo-se da garantia prestada ou do valor da Fatura Mensal ou, não sendo suficiente, o valor poderá ser inscrito como Dívida Ativa e cobrado judicialmente.

26.13. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

26.14. As multas e demais penalidades serão corrigidas e atualizadas pela SELIC.

27. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

27.1. O contrato será extinto pela administração nas hipóteses previstas nos incisos do artigo 137 da lei 14.133/2021 e nas situações previstas neste edital.

27.2. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, conforme cada caso concreto:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;



b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

c) execução da garantia contratual para:

- ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

d) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

28. REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO

28.1. A presente licitação poderá ser anulada por ilegalidade ou revogada por conveniência e oportunidade administrativa, sem que assista aos concorrentes o direito a qualquer reclamação ou indenização.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. As normas que disciplinam esta Concorrência Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do procedimento e respeito aos princípios licitatórios.

29.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação à presente concorrência encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município de Itirucu, Setor de Licitações.

29.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será **automaticamente** transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

29.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar da documentação o seu endereço, e-mail e os números de telefone.

29.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

29.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



29.8. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no portal oficial do Município de Itiruçu e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

29.9. O Edital e a minuta de contrato foram aprovados pelo Jurídico da municipalidade, nos termos do artigo 53 da lei 14.133/2021.

29.10. Fica eleito o foro da comarca de Itiruçu, Bahia, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

29.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Projeto Básico

Anexo II – Carta Proposta e Adequação Econômica

Anexo III – Minuta de Contrato

Anexo IV – Declaração Financeira ME/EPP

Anexo V – Declaração de Reserva de Cargos

Anexo VI – Declaração de Ausência de Servidor

Anexo VII - Declaração de Compromisso de Vinculação Futura

Anexo VIII – Declaração de Disponibilidade de Pessoal, Instalações e Aparelhamento

Anexo IX – Declaração do Responsável Técnico

Anexo X – Atestado de Visita

Anexo XI - Declaração de Conhecimento e Dispensa de Vistoria

Anexo XII – Projeto Executivo, Planilhas Orçamentárias, Memoriais.

Itiruçu/BA, 12 de junho de 2026.

Ailton Santos Oliveira
Secretário de Obras



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026.

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

PROJETO BÁSICO

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM PISO INTERTRAVADO E URBANIZAÇÃO DA VILA GERALDO CERQUEIRA (POVOADO DO FETO) – MUNICÍPIO DE ITIRUÇU/BA

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Finalidade do Projeto Básico

O presente Projeto Básico tem por finalidade consolidar os elementos técnicos, operacionais, administrativos, financeiros e gerenciais necessários à caracterização da contratação destinada à execução das obras e serviços de engenharia para pavimentação de vias em piso intertravado e urbanização da Vila Geraldo Cerqueira, localizada no Povoado do Feto, Município de Itiruçu/BA.

O documento integra a fase preparatória da contratação pública, sendo elaborado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, destinando-se a fornecer os subsídios necessários para a instauração do procedimento licitatório, definição adequada do objeto, elaboração do edital, fiscalização da execução contratual e correta aplicação dos recursos públicos envolvidos.

A elaboração deste Projeto Básico decorre da necessidade de promover melhorias permanentes na infraestrutura urbana local, garantindo condições adequadas de mobilidade, acessibilidade, drenagem superficial, segurança viária, valorização urbanística e qualidade de vida da população residente na área beneficiada.

A solução proposta encontra-se compatível com os estudos técnicos preliminares realizados pela Administração Municipal, com os projetos executivos desenvolvidos para o empreendimento e com as diretrizes estabelecidas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, responsável pela celebração do Convênio de Finalidade Pública nº 119/2026, que viabiliza a execução da intervenção pretendida.

Além de atender às necessidades imediatas de infraestrutura urbana, a presente intervenção possui relevante caráter social e econômico, contribuindo para a melhoria das condições de circulação de pessoas e veículos, fortalecimento da integração urbana do povoado, valorização imobiliária da região e ampliação das condições de desenvolvimento local.

1.2 Base Legal

A elaboração do presente Projeto Básico observa, dentre outros, os seguintes instrumentos normativos:

I – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

II – Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III – Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

IV – Normas técnicas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

V – Normas técnicas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI;

VI – Normativos e orientações técnicas da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER;

VII – Convênio de Finalidade Pública nº 119/2026 celebrado entre o Município de Itiruçu/BA e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER;

VIII – Projetos executivos de engenharia;

IX – Memorial descritivo;

X – Planilha orçamentária;



- XI – Cronograma físico-financeiro;
- XII – Composições de custos unitários;
- XIII – Demonstrativo de BDI;
- XIV – Anotações de Responsabilidade Técnica – ART;
- XV – Demais documentos técnicos integrantes do processo administrativo.

2. OBJETO

2.1 Definição do Objeto

Constitui objeto do presente Projeto Básico a contratação de empresa especializada para execução das obras e serviços de engenharia destinados à pavimentação de vias em piso intertravado e urbanização da Vila Geraldo Cerqueira, localizada no Povoado do Feto, Município de Itirucu/BA, compreendendo a execução integral dos serviços constantes dos projetos executivos, memoriais, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos integrantes do processo.

A contratação deverá contemplar o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, administração da obra, encargos sociais, tributos, seguros e todos os demais insumos necessários à completa execução do empreendimento.

2.2 Escopo da Intervenção

A solução contempla, dentre outros, os seguintes serviços:

- I – instalação de canteiro e serviços preliminares;
- II – locação e acompanhamento topográfico;
- III – regularização e compactação do subleito;
- IV – execução de pavimentação em piso intertravado;
- V – execução de pavimentação em paralelepípedos nos trechos previstos em projeto;
- VI – assentamento de meio-fio e dispositivos de contenção lateral;
- VII – implantação de sistema de drenagem superficial;
- VIII – construção de passeios e áreas destinadas à circulação de pedestres;
- IX – implantação de elementos de urbanização e paisagismo;
- X – implantação de canteiros urbanos;
- XI – fornecimento e instalação de mobiliário urbano, quando previsto;
- XII – execução das instalações elétricas destinadas à iluminação pública da área urbanizada;
- XIII – sinalização e acabamentos;
- XIV – limpeza final da obra;
- XV – demais serviços indispensáveis ao pleno funcionamento da infraestrutura implantada.

2.3 Área de Intervenção

A intervenção abrangerá área aproximada de 8.498,49 m², conforme levantamentos topográficos, projetos executivos e demais documentos técnicos elaborados para o empreendimento.

A área objeto da intervenção encontra-se localizada na Vila Geraldo Cerqueira, no Povoado do Feto, Município de Itirucu/BA, compreendendo vias urbanas e espaços públicos que demandam qualificação urbanística e melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade da população local.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Identificação da Necessidade Pública

A contratação decorre da necessidade de implantação de infraestrutura urbana adequada na Vila Geraldo Cerqueira, localidade que apresenta carências históricas relacionadas à pavimentação das vias públicas, drenagem superficial, acessibilidade e ordenamento urbanístico.



A inexistência de infraestrutura adequada compromete a mobilidade da população, especialmente durante períodos chuvosos, ocasionando dificuldades de deslocamento, processos erosivos, acúmulo de águas pluviais, formação de lama e poeira, além de impactos negativos à segurança e à qualidade de vida dos moradores.

A intervenção proposta busca solucionar tais deficiências mediante a implantação de infraestrutura urbana permanente, compatível com os padrões técnicos exigidos para áreas urbanizadas, promovendo melhorias significativas nas condições de circulação, drenagem, acessibilidade e utilização dos espaços públicos.

3.2 Interesse Público Envolvido

A presente contratação possui inequívoco interesse público, uma vez que proporcionará benefícios diretos e permanentes à coletividade, contribuindo para:

- I – melhoria da mobilidade urbana;
- II – ampliação da acessibilidade universal;
- III – redução de processos erosivos;
- IV – melhoria do escoamento superficial das águas pluviais;
- V – valorização urbanística da localidade;
- VI – incremento da segurança de pedestres e veículos;
- VII – melhoria das condições sanitárias da área beneficiada;
- VIII – fortalecimento da integração urbana do povoado;
- IX – valorização do patrimônio público municipal;
- X – promoção da dignidade e qualidade de vida da população.

3.3 Compatibilidade com o Planejamento Municipal

A solução encontra-se alinhada às políticas públicas municipais voltadas ao desenvolvimento urbano, melhoria da infraestrutura pública, fortalecimento da mobilidade urbana e promoção da qualidade de vida da população.

Além disso, a intervenção atende aos objetivos pactuados entre o Município de Itiruçu e a CONDER por meio do Convênio de Finalidade Pública nº 119/2026, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos disponibilizados para execução do empreendimento.

4. ALINHAMENTO AO CONVÊNIO Nº 119/2026 – CONDER

4.1 Vinculação da Contratação

A presente contratação encontra-se diretamente vinculada ao Convênio de Finalidade Pública nº 119/2026, celebrado entre o Município de Itiruçu/BA e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, cujo objeto consiste na cooperação técnica e financeira destinada à execução da pavimentação de vias em piso intertravado e urbanização da Vila Geraldo Cerqueira, localizada no Povoado do Feto.

A execução da obra constitui obrigação assumida pelo Município perante a CONDER, devendo observar integralmente os projetos aprovados, metas físicas pactuadas, cronograma de execução, orçamento conveniado e demais condicionantes estabelecidas no instrumento convenial.

4.2 Compatibilidade da Solução Adotada

Os estudos técnicos realizados demonstraram que a solução proposta atende integralmente aos objetivos do convênio, apresentando compatibilidade técnica, operacional, econômica e urbanística com as necessidades identificadas pela Administração Municipal.

A implantação da pavimentação, drenagem superficial, passeios, urbanização e iluminação pública permitirá a requalificação completa da área beneficiada, promovendo melhorias permanentes na infraestrutura urbana local.



A solução adotada encontra-se materializada nos projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos elaborados para o empreendimento.

4.3 Responsabilidade Administrativa

O Município deverá assegurar a fiel execução do objeto conveniado, observando rigorosamente as obrigações assumidas perante a CONDER, especialmente quanto:

- I – à correta aplicação dos recursos públicos;
- II – ao cumprimento das metas físicas pactuadas;
- III – à observância dos projetos aprovados;
- IV – à adequada fiscalização da execução contratual;
- V – à manutenção da compatibilidade entre a planilha licitada e a planilha conveniada;
- VI – à prestação de contas dos recursos recebidos;
- VII – à observância das normas técnicas e legais aplicáveis.

5. DESCRIÇÃO TÉCNICA DO EMPREENDIMENTO

5.1 Caracterização Geral da Obra

O empreendimento consiste na execução de obras de infraestrutura urbana voltadas à pavimentação e urbanização da Vila Geraldo Cerqueira, abrangendo área aproximada de 8.498,49 m², localizada no Povoado do Feto, Município de Itirucu/BA.

A intervenção foi concebida para proporcionar melhoria das condições de mobilidade urbana, acessibilidade, drenagem superficial, segurança viária e valorização urbanística da localidade.

5.2 Principais Serviços a Executar

Conforme projetos e planilhas integrantes do processo, destacam-se os seguintes grupos de serviços:

a) Serviços Preliminares

- Instalação de placa de obra;
- Mobilização de equipes e equipamentos;
- Implantação de canteiro de apoio;
- Locação e acompanhamento topográfico.

b) Terraplenagem

- Regularização do subleito;
- Compactação das áreas de intervenção;
- Preparação da plataforma para pavimentação.

c) Pavimentação

- Execução de pavimento em blocos intertravados;
- Execução de pavimentação em paralelepípedos nos trechos previstos;
- Assentamento de meios-fios;
- Guias de travamento;
- Acabamentos complementares.

d) Drenagem Superficial

- Implantação do sistema de escoamento superficial;
- Execução de dispositivos de drenagem previstos em projeto;
- Direcionamento adequado das águas pluviais.

e) Urbanização

- Construção de passeios;
- Implantação de canteiros;
- Paisagismo;



- Adequação dos espaços públicos;
- Elementos de acessibilidade.

f) Instalações Elétricas

- Implantação de rede elétrica para iluminação pública;
- Instalação de postes;
- Instalação de luminárias em LED;
- Quadros elétricos;
- Infraestrutura subterrânea necessária ao funcionamento do sistema.

5.3 Resultados Esperados

Com a conclusão do empreendimento espera-se:

- I – melhoria das condições de trafegabilidade;
- II – redução dos impactos causados por chuvas;
- III – eliminação de pontos de erosão e lama;
- IV – melhoria da drenagem urbana;
- V – aumento da segurança de pedestres e veículos;
- VI – ampliação da acessibilidade;
- VII – valorização urbanística da localidade;
- VIII – fortalecimento da integração social e comunitária;
- IX – melhoria da iluminação pública;
- X – incremento da qualidade de vida da população beneficiada.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Requisitos Gerais

A execução do objeto deverá observar integralmente:

- I – os projetos executivos aprovados;
- II – as especificações técnicas constantes dos memoriais descritivos;
- III – as normas da ABNT aplicáveis;
- IV – as orientações da CONDER;
- V – as normas de segurança do trabalho;
- VI – as normas ambientais vigentes;
- VII – as exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 Requisitos de Qualidade

Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade e atender às especificações constantes dos projetos e normas técnicas aplicáveis.

Não será admitida a utilização de materiais que apresentem defeitos, vícios de fabricação ou desconformidade técnica.

A fiscalização poderá exigir ensaios, testes laboratoriais e certificados de conformidade sempre que julgar necessário.

6.3 Responsabilidade Técnica

A execução dos serviços deverá ocorrer sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado junto ao CREA ou CAU, conforme atribuições profissionais compatíveis com o objeto contratado.

A contratada deverá apresentar:

- ART ou RRT de execução;
- ART dos responsáveis técnicos;
- ART dos serviços complementares quando exigíveis.



6.4 Requisitos Ambientais

A contratada deverá adotar medidas destinadas à minimização dos impactos ambientais decorrentes da execução da obra, observando:

- I – correta destinação dos resíduos;
- II – controle de poeira;
- III – controle de ruídos;
- IV – preservação das áreas adjacentes;
- V – recuperação de eventuais danos provocados durante a execução.

7. REGIME DE EXECUÇÃO

A contratação será realizada sob o regime de **empreitada por preço global**, nos termos do artigo 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

A adoção do referido regime mostra-se adequada em razão da existência de projetos executivos completos, orçamento detalhado, especificações técnicas definidas e quantitativos previamente estabelecidos, permitindo a transferência à contratada dos riscos ordinários inerentes à execução da obra. O julgamento ocorrerá pelo critério de **menor preço global**, observadas as exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

O procedimento licitatório será realizado na modalidade **Concorrência Eletrônica, com inversão de fases**, nos termos do artigo 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo estimado para execução da obra será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados da emissão da Ordem de Serviço, em conformidade com o cronograma físico-financeiro integrante do processo.

A contratada deverá observar rigorosamente as etapas e metas físicas previstas no cronograma aprovado, podendo a Administração promover o acompanhamento permanente da evolução física e financeira da obra.

Eventuais prorrogações somente poderão ocorrer nas hipóteses legalmente admitidas pela Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica devidamente fundamentada e prévia formalização do respectivo termo aditivo.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base nos projetos executivos, memoriais descritivos, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro, demonstrativo de BDI e planilha orçamentária elaborados pelos responsáveis técnicos do empreendimento.

Para composição dos custos foram utilizadas as referências oficiais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI e do Sistema ORSE, observando-se os parâmetros técnicos exigidos pela legislação vigente e pelos normativos aplicáveis às obras financiadas com recursos públicos.

O valor estimado para execução do empreendimento corresponde a:

R\$ 1.619.017,18 (um milhão, seiscentos e dezenove mil, dezessete reais e dezoito centavos).

O orçamento contempla todos os custos necessários à perfeita execução da obra, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, encargos sociais, tributos, administração da obra, mobilização, desmobilização, transporte, sinalização, segurança do trabalho, controle tecnológico e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a execução contratual.

O BDI adotado encontra-se devidamente demonstrado nos documentos técnicos integrantes do processo, observando os parâmetros referenciais estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União para obras de infraestrutura urbana.



10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O julgamento das propostas ocorrerá pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do artigo 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

A adoção do critério de menor preço global mostra-se adequada em razão da natureza integrada da solução, da existência de projetos executivos completos, da interdependência técnica dos serviços e da necessidade de manutenção da compatibilidade entre os diversos componentes da obra.

Serão consideradas inexequíveis as propostas que apresentarem indícios objetivos de inviabilidade econômica, observado o disposto no artigo 59 da Lei nº 14.133/2021.

Quando identificada proposta potencialmente inexequível, a Administração promoverá diligência para que a licitante demonstre a exequibilidade dos preços ofertados mediante apresentação de documentação técnica, planilhas, contratos, notas fiscais, composições de custos ou quaisquer outros elementos aptos à comprovação da viabilidade da proposta.

11. PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA E VALOR SIGNIFICATIVO

Nos termos do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, da Súmula nº 263 do Tribunal de Contas da União e da jurisprudência consolidada dos órgãos de controle, foram identificadas as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do empreendimento, cuja execução demanda capacidade operacional específica e experiência prévia compatível.

A definição das parcelas abaixo observa simultaneamente:

- a) relevância técnica para o desempenho da obra;
- b) representatividade financeira no orçamento global;
- c) complexidade executiva;
- d) potencial impacto sobre a funcionalidade do empreendimento.

Dessa forma, ficam definidas como parcelas de maior relevância:

I – Execução de pavimentação em paralelepípedos com rejuntamento

Quantidade prevista em projeto:

3.878,46 m².

Quantidade mínima exigível para comprovação:

1.939,23 m² (50%)

II – Execução de pavimentação em piso intertravado de concreto

Quantidade prevista em projeto:

4.620,03 m² (*obtida a partir da diferença entre a área total pavimentada e os trechos executados em paralelepípedo constantes da planilha orçamentária*).

Quantidade mínima exigível para comprovação:

2.310,01 m² (50%)

III – Assentamento de meio-fio pré-moldado de concreto

Quantidade prevista em projeto:

1.284,77 metros lineares.

Quantidade mínima exigível para comprovação:

642,38 metros lineares (50%)

Justificativa Técnica das Parcelas

A pavimentação constitui o núcleo funcional da contratação, representando a maior parcela financeira do empreendimento e sendo diretamente responsável pelo atendimento da finalidade pública pretendida.



Os serviços de pavimentação em piso intertravado e pavimentação em paralelepípedos demandam domínio técnico específico quanto à preparação da base, nivelamento, alinhamento geométrico, compactação, rejuntamento e controle tecnológico.

Por sua vez, os serviços de assentamento de meio-fio são indispensáveis à contenção estrutural da pavimentação, à drenagem superficial e à durabilidade do sistema viário implantado.

As parcelas selecionadas representam os serviços mais relevantes da contratação sob os aspectos técnico e financeiro, sendo suficientes para demonstrar a capacidade operacional da futura contratada.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico Operacional, quando exigível, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto licitado.

A comprovação deverá demonstrar experiência anterior na execução das parcelas de maior relevância definidas neste Projeto Básico, admitindo-se o somatório de atestados, desde que demonstrada a compatibilidade técnica e operacional das atividades executadas.

A Administração poderá promover diligências para verificação da autenticidade dos documentos apresentados.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

A licitante deverá comprovar possuir em seu quadro permanente, ou mediante vínculo contratual válido na forma da legislação vigente, profissional de nível superior legalmente habilitado para responder tecnicamente pela execução da obra.

A comprovação ocorrerá mediante apresentação de:

Engenheiro Civil

Registro regular junto ao CREA.

Certidão de Acervo Técnico – CAT comprovando execução anterior de serviços compatíveis com:

- Pavimentação em paralelepípedos;
- Pavimentação em piso intertravado;
- Assentamento de meios-fios;
- Obras de urbanização urbana;
- Obras de infraestrutura viária.

A CAT apresentada deverá demonstrar participação efetiva do profissional na execução dos serviços, sendo vedada a aceitação de acervos sem compatibilidade técnica com o objeto.

A substituição do responsável técnico durante a execução contratual somente poderá ocorrer mediante autorização expressa da Administração e desde que o profissional substituto possua qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional originalmente indicado.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, no edital e no contrato administrativo, constituem obrigações da Contratada:

- I – executar integralmente os serviços objeto da contratação em estrita observância aos projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, normas da ABNT, orientações da fiscalização e demais documentos integrantes do processo;
- II – fornecer toda a mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, insumos e recursos necessários à perfeita execução da obra;
- III – manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução contratual;



- IV – apresentar, antes do início dos serviços, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente à execução da obra;
- V – manter no local da obra equipe técnica compatível com a complexidade dos serviços contratados;
- VI – cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração;
- VII – adotar todas as medidas de segurança do trabalho exigidas pela legislação vigente, especialmente as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho;
- VIII – fornecer e exigir a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC;
- IX – promover a adequada sinalização da obra durante toda a execução dos serviços;
- X – responder integralmente pelos danos causados à Administração, a terceiros ou ao patrimônio público e privado em decorrência de sua atuação;
- XI – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, qualquer serviço executado em desacordo com as especificações técnicas;
- XII – manter atualizadas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante o procedimento licitatório;
- XIII – cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, ambientais e fundiárias decorrentes da execução contratual;
- XIV – apresentar relatórios, medições, boletins de obra e demais documentos solicitados pela fiscalização;
- XV – permitir o livre acesso da fiscalização municipal, dos órgãos de controle e da CONDER aos locais de execução dos serviços;
- XVI – promover a correta destinação dos resíduos gerados durante a execução da obra;
- XVII – manter Diário de Obras atualizado durante toda a execução contratual;
- XVIII – garantir a qualidade e a durabilidade dos serviços executados;
- XIX – responder pelos vícios, defeitos ou incorreções identificados após a conclusão da obra, observado o prazo legal aplicável;
- XX – observar integralmente as exigências estabelecidas no Convênio nº 119/2026 e demais normativos da CONDER relacionados ao empreendimento.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da Contratante:

- I – fornecer à Contratada todos os documentos técnicos necessários à execução do objeto;
- II – disponibilizar os projetos executivos, memoriais, planilhas e demais elementos técnicos integrantes do processo;
- III – designar formalmente gestor e fiscal do contrato;
- IV – acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução da obra;
- V – emitir as ordens de serviço necessárias ao início da execução contratual;
- VI – analisar e aprovar as medições apresentadas pela Contratada;
- VII – promover os pagamentos devidos na forma e nos prazos contratualmente estabelecidos;
- VIII – exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada;
- IX – aplicar as sanções cabíveis em caso de descumprimento contratual;
- X – comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidades identificadas durante a execução dos serviços;
- XI – manter os registros administrativos necessários à adequada gestão contratual;
- XII – prestar as informações e esclarecimentos necessários ao regular desenvolvimento da obra;
- XIII – acompanhar a execução física e financeira do empreendimento perante a CONDER;
- XIV – promover a correta prestação de contas dos recursos conveniados.

16. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL



16.1 Fiscalização

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos dos artigos 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Compete ao fiscal do contrato:

- I – acompanhar a execução dos serviços;
 - II – verificar a conformidade dos materiais empregados;
 - III – conferir quantitativos executados;
 - IV – registrar ocorrências em livro ou diário de obra;
 - V – solicitar correções quando identificadas irregularidades;
 - VI – atestar medições para fins de pagamento;
 - VII – comunicar imediatamente ao gestor contratual quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução do objeto.
- A atuação da fiscalização não afasta nem reduz a responsabilidade exclusiva da Contratada pela perfeita execução dos serviços.

16.2 Gestão Contratual

A Administração designará gestor contratual responsável pelo acompanhamento administrativo do ajuste.

Compete ao gestor:

- I – coordenar a execução do contrato;
- II – promover a interlocução entre Administração e Contratada;
- III – acompanhar prazos contratuais;
- IV – adotar providências relacionadas a aditivos, reajustes, repactuações e eventuais alterações contratuais;
- V – subsidiar a autoridade competente quanto à aplicação de penalidades;
- VI – acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas perante a CONDER.

16.3 Controle Tecnológico

Sempre que necessário, a fiscalização poderá exigir ensaios, laudos, testes laboratoriais, certificados de qualidade ou quaisquer outros elementos destinados à verificação da conformidade dos serviços executados.

As despesas decorrentes dos ensaios necessários à comprovação da qualidade dos serviços correrão por conta da Contratada.

17. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

17.1 Medição dos Serviços

As medições serão realizadas de acordo com os serviços efetivamente executados, observando-se os quantitativos constantes dos projetos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro aprovados. Somente serão medidos os serviços efetivamente concluídos, aceitos pela fiscalização e executados em conformidade com as especificações técnicas do empreendimento.

A Contratada deverá apresentar:

- Boletim de Medição;
- Memória de Cálculo;
- Relatório Fotográfico;
- Diário de Obras;
- Documentação trabalhista e previdenciária exigível;
- Demais documentos eventualmente solicitados pela fiscalização.

17.2 Condições para Pagamento



O pagamento ficará condicionado:

- I – à aprovação da medição pela fiscalização;
- II – à apresentação da documentação fiscal pertinente;
- III – à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada;
- IV – à inexistência de pendências relativas à execução contratual.

17.3 Prazo de Pagamento

Após a aprovação da medição e da documentação pertinente, os pagamentos serão realizados conforme disponibilidade financeira dos recursos conveniados e observados os prazos estabelecidos no contrato administrativo.

18. RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 Recebimento Provisório

Concluídos os serviços, será realizado o recebimento provisório pela fiscalização mediante vistoria técnica destinada à verificação da conformidade da obra com os projetos, especificações e demais documentos contratuais.

Caso sejam identificadas pendências, defeitos ou inconformidades, será concedido prazo para saneamento das irregularidades.

18.2 Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá após:

- I – conclusão integral dos serviços;
- II – correção de eventuais pendências identificadas no recebimento provisório;
- III – apresentação da documentação técnica exigível;
- IV – verificação da funcionalidade do empreendimento;
- V – aprovação da fiscalização e da Administração.

O recebimento definitivo não afasta a responsabilidade da Contratada pelos vícios ocultos, defeitos construtivos ou falhas de execução que venham a ser constatados posteriormente.

18.3 Garantia da Obra

A Contratada responderá pela solidez, segurança, qualidade e durabilidade dos serviços executados, nos termos da legislação civil, da Lei nº 14.133/2021 e das normas técnicas aplicáveis.

Os vícios ou defeitos eventualmente identificados deverão ser corrigidos pela Contratada, às suas expensas, independentemente do recebimento definitivo da obra.

19. SUSTENTABILIDADE E ASPECTOS AMBIENTAIS

A execução do empreendimento deverá observar os princípios do desenvolvimento sustentável previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, buscando conciliar a adequada execução da obra com a preservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais.

Durante a execução contratual deverão ser adotadas medidas destinadas à prevenção, mitigação e controle dos impactos ambientais decorrentes das atividades construtivas.

A contratada deverá:

- I – promover a correta segregação, acondicionamento, transporte e destinação final dos resíduos da construção civil;
- II – evitar o descarte irregular de materiais, entulhos, resíduos sólidos ou líquidos em áreas públicas, corpos hídricos ou locais não autorizados;
- III – adotar medidas para redução da emissão de poeira durante a execução dos serviços;
- IV – promover a utilização racional dos recursos hídricos e energéticos empregados na obra;



- V – preservar a vegetação eventualmente existente nas áreas não diretamente afetadas pela intervenção;
 - VI – recuperar eventuais danos ambientais causados durante a execução dos serviços;
 - VII – observar integralmente a legislação ambiental federal, estadual e municipal aplicável.
- Sempre que tecnicamente viável, deverão ser priorizados materiais, equipamentos e processos construtivos que proporcionem maior durabilidade, menor impacto ambiental e melhor desempenho ao longo da vida útil do empreendimento.

20. SEGURANÇA DO TRABALHO

A contratada deverá cumprir integralmente a legislação relativa à segurança e medicina do trabalho, assumindo total responsabilidade pelas condições de segurança existentes no canteiro de obras.

Deverão ser observadas, especialmente:

- I – as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho;
- II – as normas técnicas da ABNT aplicáveis;
- III – as exigências dos órgãos de fiscalização competentes.

A contratada deverá:

- a) fornecer gratuitamente os Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- b) fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC;
- c) realizar treinamentos obrigatórios;
- d) manter sinalização adequada das áreas de risco;
- e) adotar medidas preventivas contra acidentes;
- f) responsabilizar-se integralmente pelos seus empregados, prepostos e subcontratados.

Qualquer ocorrência relacionada à segurança deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento das obrigações assumidas pela contratada sujeitará a empresa às penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

Poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

A aplicação das penalidades observará a gravidade da infração, os prejuízos causados à Administração, a reincidência e as circunstâncias do caso concreto.

A eventual aplicação de penalidades não afasta a obrigação da contratada de reparar integralmente os danos causados.

22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A execução do objeto encontra respaldo no Convênio de Finalidade Pública nº 119/2026 celebrado entre o Município de Itiruçu e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER.

Os recursos financeiros destinados à execução do empreendimento totalizam o montante de:

R\$ 1.619.017,18 (um milhão, seiscentos e dezenove mil, dezessete reais e dezoito centavos).

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente do Município e vinculadas à execução do convênio.

Eventuais despesas excedentes ao valor conveniado serão suportadas pelo Município mediante formalização dos instrumentos cabíveis, observadas as exigências legais e conveniais aplicáveis.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO



Considerando a natureza da contratação e os estudos realizados durante a fase preparatória, foram identificados os principais riscos capazes de impactar a execução do empreendimento.

Risco 01 – Chuvas Intensas Durante a Execução

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Medidas Mitigadoras:

- Planejamento das frentes de serviço;
- Acompanhamento das condições climáticas;
- Readequação do cronograma quando necessário.

Responsável: Contratada e Administração.

Risco 02 – Atraso no Fornecimento de Materiais

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Medidas Mitigadoras:

- Planejamento antecipado das aquisições;
- Formação de estoque mínimo operacional;
- Controle de fornecedores.

Responsável: Contratada.

Risco 03 – Divergências Executivas em Campo

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Medidas Mitigadoras:

- Compatibilização prévia dos projetos;
- Acompanhamento permanente da fiscalização;
- Emissão de orientações técnicas tempestivas.

Responsável: Administração e Contratada.

Risco 04 – Execução de Serviços em Desconformidade

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Medidas Mitigadoras:

- Fiscalização contínua;
- Controle tecnológico;
- Ensaios e verificações técnicas.

Responsável: Contratada.

Risco 05 – Inadimplemento Trabalhista da Contratada

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Medidas Mitigadoras:

- Fiscalização documental periódica;
- Exigência de comprovação das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Responsável: Contratada.

A matriz detalhada de riscos, quando exigida, integra documento próprio constante dos autos do processo administrativo.



24. DISPOSIÇÕES FINAIS

A contratação objeto deste Projeto Básico mostra-se necessária, adequada e suficiente para atendimento da demanda pública identificada pela Administração Municipal, encontrando respaldo nos estudos técnicos realizados, nos projetos executivos aprovados e nas diretrizes estabelecidas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER.

A solução adotada apresenta viabilidade técnica, operacional e econômica, revelando-se a alternativa mais adequada para promover a melhoria da infraestrutura urbana da Vila Geraldo Cerqueira, no Povoado do Feto, contribuindo para o desenvolvimento local, melhoria da mobilidade urbana, ampliação da acessibilidade e valorização dos espaços públicos.

A futura contratação deverá observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Convênio nº 119/2026, dos projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos integrantes do processo administrativo.

Por fim, conclui-se que a presente contratação atende ao interesse público, apresenta compatibilidade com o planejamento municipal e reúne os elementos técnicos necessários para viabilizar a realização do procedimento licitatório e a posterior execução do empreendimento com segurança jurídica, eficiência administrativa e adequada aplicação dos recursos públicos.



EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026.

ANEXO II

Modelo de Carta de Proposta de Preço

A

Agente de Contratação do Município de Itirucu
Concorrência Eletrônica N.º .../2026

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S. nossa Proposta de Preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por qualquer erro ou omissão que venha a ser verificada na sua preparação.

O preço total desta proposta é de R\$ _____ (_____), com base na data de apresentação dos documentos de habilitação e proposta de preços, conforme preços unitários constantes da Planilha de Orçamento.

Em anexo está o cronograma físico-financeiro, Detalhamento da composição do BDI e planilhas e composição de preços.

Declaramos que em nossos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Social Trabalhista, Previdenciária, da Infelizmente do trabalho, assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como custos por responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como nosso lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital.

O prazo de execução total dos serviços é de, meses a partir do dia seguinte ao recebimento da Ordem de Serviço (conforme cronograma físico-financeiro anexo).

O prazo de validade desta proposta é de consecutivos a contar do dia da apresentação da mesma.

Acompanham a nossa Proposta de Preço os documentos previstos neste Edital, bem como todos os demais julgados oportunos para perfeita compreensão e avaliação da proposta.

Utilizaremos os equipamentos e as equipes técnica e administrativa que forem necessárias para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar as quantidades dos equipamentos e de pessoal, desde que assim o exija a fiscalização da municipalidade, para o cumprimento das obrigações assumidas.

Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da fiscalização municipal, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as normas mencionadas nos projetos executivos.

Dados Complementares: email; Telefone

Informações Bancárias: Banco, Agência Conta

Atenciosamente,

_____, _____ de _____ de 2026.

Razão Social / Cnpj / nome do representante legal / assinatura



**EDITAL DE LICITAÇÃO -
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 0*0/2026.**

ANEXO III
Minuta de Contrato

Município de Itirucu, Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº, com endereço, Centro, ... - BA, neste ato representado por seu Prefeito Sr., brasileiro, maior, capaz, inscrito no CPF nº, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente contratante, e a sociedade, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº, Inscrição Estadual nº, situada, neste ato representada por, inscrito no CPF nº, com endereço na aqui denominada contratada, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório modalidade Concorrência Eletrônica nº *0*0/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, firmam, neste ato, o presente contrato, sob as condições contidas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução das obras e serviços de engenharia destinados à pavimentação de vias em piso intertravado e urbanização da Vila Geraldo Cerqueira, localizada no Povoado do Feto, Município de Itirucu/BA, de acordo com o Convênio nº 119/2026, celebrado entre o Município de Itirucu e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, conforme especificações, quantidades e descrições constantes do edital, do projeto básico, memorial descritivo e demais elementos técnicos anexos.

(Planilha)

1.2. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de até 50% (cinquenta por cento), na forma prevista na Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.3. As supressões e acréscimos decorrentes da vontade das partes não ficam sujeitos aos limites estabelecidos no item anterior, desde que devidamente justificados e não alterem a substância do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

2.1. O presente contrato administrativo terá prazo de vigência de xx (xxxx) meses (de ***** a *****), nos termos do artigo 105 da Lei 14.133/2021, sendo o prazo de execução do objeto contratual de 12 (doze) meses, conforme cronograma físico-financeiro.

2.2. Tratando-se de contrato para a conclusão de escopo predefinido, nos termos do artigo 111 da Lei 14.133/2021, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. O presente contrato terá como regime de execução a empreitada por preço global, conforme projetos e planilhas do edital de origem.

3.2. O objeto contratual será executado conforme os documentos técnicos que integram o projeto básico e proposta vencedora, os quais integram este contrato para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. O preço global do presente instrumento será de R\$, conforme a proposta vencedora do processo de licitação modalidade Concorrência Eletrônica n.º/2026, a ser pago em parcelas mensais, conforme os serviços efetivamente executados e atestados.



CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. As medições para efeito de pagamento serão processadas e procedidas mediante carta de solicitação da contratada ao Órgão fiscalizador, ao término de cada período mensal, abrangendo os serviços executados no período em questão, conforme o cronograma físico-financeiro.

5.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da liquidação, sendo que, havendo alguma pendência referível ao detentor do contrato, o prazo será interrompido até a regularização.

5.2.1. A liquidação das medições deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do acompanhamento das medições pelo fiscal de contrato, devendo ser observadas as normas técnicas de contabilidade da lei 4.320/64.

5.2.2. Havendo quaisquer circunstâncias impeditivas da liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras e corretivas, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

5.3. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da contratada.

5.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.5. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar à empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, reabrindo-se o prazo para liquidação e pagamento.

5.6. Antes do processamento dos pagamentos, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação, sendo que, em caso de alguma pendência, o detentor do contrato será notificado para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação.

5.6.1. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.7. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta das dotações orçamentárias codificadas:

**

**

6.2. As dotações correspondem ao exercício vigente, sendo que, em casos de prorrogação ou a contratação ultrapassar o exercício financeiro, as dotações serão indicadas por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO



7.1. As atividades gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas à gestão da execução do contrato serão acompanhadas por e as atividades de fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratual serão acompanhadas por, independentemente de outros servidores indicados para tal finalidade, conforme parâmetros estabelecidos no edital e projeto básico.

CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

8.1. - DO CONTRATADO:

8.1.1. Executar os serviços nos termos exigidos no edital, projeto básico, especificações técnicas e demais condições estabelecidas na legislação e regulamentações.

8.1.2. Cumprir todas as normas de segurança, medicina e meio ambiente do trabalho.

8.1.3. Indicar um representante, sem ônus para o contratante, para responder perante este.

8.1.4. Permitir o livre acesso dos servidores municipais e dos órgãos de controle interno e externo aos documentos e registros contábeis referentes à execução dos serviços.

8.1.5. Providenciar a inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO, quando exigido pela legislação aplicável.

8.1.6. Disponibilizar, quando solicitado pela fiscalização e desde que relacionados à execução contratual, registros fotográficos georreferenciados e demais elementos comprobatórios da execução dos serviços, observados os meios tecnológicos ordinariamente disponíveis ao contratado.

8.1.7. Iniciar os serviços até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Serviço, sob pena de aplicação de multas, salvo justificativa aceita pela administração.

8.1.8. Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto contratual, inclusive no que se refere a licenças e autorizações, salvo quando expressamente vinculados à contratante.

8.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021.

8.1.10. Manter Diário de Obras atualizado, físico ou eletrônico, contendo os registros pertinentes à execução contratual.

8.1.11. Efetuar os registros e cadastros exigidos pela legislação previdenciária, tributária e trabalhista aplicáveis à obra, bem como providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT.

8.1.12. Apresentar Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social, relativas aos trabalhadores que prestaram serviços no período de execução contratual.

8.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

8.1.14. Substituir ou afastar qualquer empregado por recomendação da fiscalização da contratante que tiver comportamento inadequado.

8.1.15. Notificar a fiscalização, no mínimo, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, de concretagem dos elementos de estrutura, da remoção de qualquer forma de concreto, quando for o caso.

8.1.16. Comparecer, sempre que solicitada, à sede da fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

8.1.17. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro do prazo estipulado pela fiscalização, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatados pela fiscalização.

8.1.18. Responsabilizar-se pela qualidade das obras, materiais e serviços executados, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.



8.1.19. Responsabilizar-se por todos os ônus referentes aos serviços contratados, inclusive salários de pessoal, alimentação e transporte, bem como tudo que as leis trabalhistas e previdenciárias preveem e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto do contrato.

8.1.20. Não transferir a outrem a execução do objeto licitado sem prévia e expressa anuência do contratante.

8.1.21. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.22. Assumir integral responsabilidade por danos eventualmente causados à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, dolo ou ineficiência na execução dos serviços objeto da presente licitação, isentando, assim, a contratante de quaisquer reclamações que possam surgir consequentemente ao contrato, obrigando-se, outrossim, a reparar os danos causados, ou ressarcir as despesas deles resultantes.

8.1.23. Reconhecer os direitos da administração em caso de rescisão contratual.

8.1.24. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

8.1.25. Cumprir a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.1.26. Arcar com prejuízos decorrentes das chuvas ordinárias e condizentes com a média histórica anual para a região.

8.1.27. Comunicar à contratante qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços.

8.1.28. Outras decorrentes da lei ou do projeto básico ou dos documentos técnicos que instruem e acompanham este.

8.2 – DA CONTRATANTE:

8.2.1. Pagar, conforme estabelecido na Cláusula Quinta, as obrigações financeiras decorrentes do presente contrato na integralidade dos seus termos.

8.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o projeto básico e seus anexos e neste contrato.

8.2.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no projeto básico e edital.

8.2.4. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução contratual, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado.

8.2.6. Aplicar ao contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

8.2.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.2.8. Outras decorrentes da lei ou do projeto básico.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. O participante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) deixar de entregar a documentação exigida para participação no certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;



c) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
- pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- não apresentar garantia de execução ou não reforçá-la nas hipóteses contratuais e legais.

d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

e) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

g) dar causa à inexecução total do contrato;

h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

➤ apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

- fraudar ou tentar fraudar a licitação;
- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- induzir deliberadamente a erro no julgamento;

i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

9.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos participantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções, serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea 'a' do item 9.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.5. Para as infrações previstas nas alíneas 'a' a 'g' do item 9.1 deste contrato, a multa aplicada será de 0,3% a 10% sobre o valor estimado da contratação ou do contrato.

9.6. Para as infrações previstas nas alíneas 'h', 'i' e 'j' do item 9.1 deste contrato, a multa aplicada será de 3% a 15% sobre o valor estimado da contratação ou do contrato.

9.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas 'b' a 'g' do item 9.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas 'h', 'i' e 'j' do item 9.1



deste contrato, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas 'b' a 'g' do mesmo item 9.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de 03 (três) a 06 (seis) anos.

9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta que tenha prestado em favor da administração.

9.11. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

9.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada administrativamente, deduzindo-se da garantia prestada ou do valor da Fatura Mensal ou, não sendo suficiente, o valor poderá ser inscrito como Dívida Ativa e cobrado judicialmente.

9.13. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

9.14. As multas e demais penalidades serão corrigidas e atualizadas pela SELIC.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou, antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO JURÍDICO

11.1. Este contrato será regido de acordo com as disposições da Lei 14.133/2021, podendo ser aplicado supletivamente as disposições do Código Civil Brasileiro, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE/REVISÃO

12.1 O preço inicialmente ajustado poderá ser revisto a qualquer momento em razão de álea extraordinária e poderá ser reajustado anualmente (álea ordinária), com a utilização preferencial do INCC-M.

12.2. O reajuste terá como data-base a data do orçamento estimado da administração, competindo ao detentor do contrato a apresentação do requerimento respectivo, com a respectiva fundamentação e planilhas de cálculos necessárias.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. Os pedidos de revisão e reajuste contratual serão apreciados no prazo máximo de 60 dias, sendo os efeitos retroativos à data do protocolo do pedido.

12.5. O reajuste será realizado por apostilamento e as revisões por termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei n.º 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.



13.2. A garantia é prestada nos termos e prazos estabelecidos no Edital e projeto Básico.

13.3. A garantia deverá ser prestada no prazo máximo de 15 dias úteis contados da formalização deste instrumento contratual, sob pena de aplicação de multas e/ou rescisão contratual.

13.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento parcial ou total do contrato;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, inclusive de acidente de trabalho e indenizações que envolvam empregados da empresa afiançada, quando couber.

13.5. A modalidade seguro-garantia **somente será aceita** se contemplar, expressamente, todos os eventos indicados no item 13.4, observada a legislação que rege a matéria.

13.6. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

13.7. A garantia deverá ser integralizada em no máximo 15 (quinze) dias úteis, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou houver alteração do valor contratual.

13.8. A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais firmadas, **FAR-SE-Á DE PLENO DIREITO**, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e das demais sanções previstas no contrato a ser firmado.

13.8.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado será notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.8.2. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada

13.9. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o **sinistro durante a vigência da apólice**, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

13.10. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

13.11. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a **apólice deverá ter validade mínima pelo prazo de 06 meses posteriores** à vigência do contrato, e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

13.11.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo **se** o contratado **não tiver pago o prêmio** nas datas convencionadas.

13.12. A garantia de execução é independente de eventual garantia dos serviços prevista na legislação ou nos anexos deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

14.1 Pertence ao Município a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos pela Municipalidade, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal. Assim, sobre os valores pagos pela municipalidade, **haverá, além de outros tributos essencialmente municipais, a retenção do Imposto de Renda, nos termos da legislação e regulamentos.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO



15.1. Fica eleito o foro da comarca de Itiruçu, Bahia, para dirimir quaisquer controvérsias ou dúvidas originadas pelo presente instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2(duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

..... - BA, ... de de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

CPF.

Ciente: _____
Fiscal de contrato



EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026.

ANEXO IV

Declaração Financeira ME/EPP

Declaramos, sob as penas da lei, para fins de participação na Concorrência Eletrônica n.º */2026 do Município de Itiruçu, Bahia, especialmente em face do quanto disposto artigo 4º da lei 14.133/2021, que ainda não temos celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos obrigando a comunicar à administração alterações supervenientes neste sentido.

_____, ____ de _____ de 2026.

Razão Social

CNPJ

Nome do representante legal
e assinatura



EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026.

ANEXO V

Declaração Reserva de Cargos

Declaramos, sob as penas da lei, para fins de participação na Concorrência Eletrônica n.º *.* /2026 do Município de Itiruçu, Bahia, especialmente em face do quanto disposto no inciso IV do artigo 63 combinado com o artigo 116, ambos da lei 14.133/2021, que cumprimos e cumprimos durante todo o prazo de vigência de contrato administrativo a ser celebrado em decorrência do referido procedimento a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação específica.

_____, ____ de _____ de 2026.

Razão Social

CNPJ

Nome do representante legal
e assinatura



EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026.

ANEXO VI

Declaração Ausência Servidor

(Razão Social da empresa), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º, com endereço na, representada por, inscrito no CPF n.º, para fins de participação na Concorrência Eletrônica n.º/2026, do Município de Itiruçu, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução das obras e serviços de engenharia destinados à pavimentação de vias em piso intertravado e urbanização da Vila Geraldo Cerqueira, localizada no Povoado do Feto, Município de Itiruçu/BA, de acordo com o Convênio nº 119/2026, celebrado entre o Município de Itiruçu e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, conforme especificações, quantidades e descrições constantes do edital, do projeto básico, memorial descritivo e demais elementos técnicos anexos, **DECLARA**, para todos os fins e sob as penas da lei, que não há em seu quadro funcional ou diretores ou sócios qualquer servidor ou agente político do Município de Itiruçu, Bahia.

_____, ____ de _____ de 2026.

Razão Social
CNPJ
Nome do representante legal
e assinatura



EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026.

ANEXO VII

Declaração Compromisso Vinculação Futura

DECLARAMOS, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, nos termos do Edital da Concorrência Eletrônica n.º/2026, do Município de Itirucu, Bahia, que aceitamos a nossa indicação como **responsável técnico** da empresa, (CNPJ n.º), **assumindo o compromisso** de nos vincularmos, nesta qualidade, à execução do objeto contratual caso a empresa participante venha a ser declarada vencedora do certame.

(local e data)

(Pessoal técnico / responsável técnico)
(CREA/CAU n.º ...)



EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026.

ANEXO VIII

Declaração de Disponibilidade de Pessoal Técnico, Instalações e Aparelhamentos Adequados e Disponíveis.

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º
....., com endereço na, por intermédio de seu representante legal, inscrito no CPF sob n.º, **DECLARA** para fins do disposto no Art. 67, inciso III da Lei Federal n.º 14.133/2021 para fins de participação na Concorrência Eletrônica n.º/2026, do Município de Itirucu, Bahia, que tem por objeto, que dispõe de pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, de acordo com o descrito abaixo:

(Relacionar os membros da equipe técnica da participante, com a completa qualificação e comprovação da qualificação)

(Relacionar instalações e aparelhamento adequados e disponíveis)

_____, ____ de _____ de 2026.

Razão Social

CNPJ

Nome do Representante Legal
e assinatura



EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026.

ANEXO IX

Declaração Responsabilidade Técnica

DECLARAMOS, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, nos termos da Concorrência Eletrônica n.º/2026 do Município de Itirucu, Bahia, que tem por objeto, na qualidade de responsável técnico da Licitante, inscrita no CNPJ n.º, **QUE NOS RESPONSABILIZAMOS** e nos obrigamos pessoalmente pelo acompanhamento e pela execução do contrato resultante do mencionado procedimento licitatório até o seu término e vigência, assumindo, para o caso e culpa ou falha técnica na execução, responsabilidade pessoal e solidaria com a licitante pelo descumprimento contratual ou danos causados a terceiros e a administração.

_____, ____ de _____ de 2026.

(responsáveis técnicos)
(CREA/CAU n.º ...)



EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026.

ANEXO X

Atestado de Visita Técnica

Declaramos que o responsável técnico ou representante legal da empresa, inscrita no CNPJ sob nº _____, devidamente credenciado, visitou o local da construção da xxxxxxxxxx, localizada no Município de Itiruçu – Bahia, referente à Concorrência Eletrônica n.º/2026, tomando todas as informações necessárias a execução do objeto contratual e formulação da proposta, não ficando dúvidas ou esclarecimentos pendentes, por conta de que o mesmo declarou apto a execução do objeto licitado.

_____, ____ de _____ de 2026.

(assinatura e carimbo servidor público)

(assinatura e carimbo representante empresa)



EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026.

ANEXO XI

Modelo de Declaração de Conhecimento dos Locais de Cumprimento do Objeto da Licitação

Declaramos, sob as penas da lei, especialmente em face do quanto disposto no §§ 2º e 3º do artigo 63 da Lei Federal n. 14.133/2021, que tomamos conhecimento de todas as informações necessárias à execução do objeto da Concorrência Eletrônica n.º/2026, do Município de Itirucu, Bahia, principalmente no que se refere aos locais, trechos, acessos, obrigações e condições para a prestação do serviço e execução do objeto da licitação, bem como da obrigação de prestação da garantia de execução. Declaramos que tomamos e temos conhecimento de todas as condições e informações necessárias à elaboração da proposta, sendo desnecessária a realização de vistoria técnica, renunciando qualquer reclamação futura que possa ocasionar obstáculo ao cumprimento contratual.

_____, ____ de _____ de 2026.

Razão Social

CNPJ

Nome do Representante Legal
e assinatura



EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026.

ANEXO XII - Projeto Executivo, Planilhas Orçamentárias, Memoriais.

Disponível no PNCP e Sistema de Licitação BNC